



A TESE DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO E AS REVOLTAS E SEDIÇÕES MILITARES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

DIRCEU CASA GRANDE JUNIOR*

RESUMO:

A tese da política de erradicação dos militares pela elite política civil, proposta por Edmundo Campos Coelho (1939-2001) em sua obra, *Em Busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira* (1976), consolidou a imagem de um Exército sedicioso e insurreto, sempre disposto a aderir as rebeliões mais radicais e aos movimentos de desordem mais inflamados. “Aberrar no caminho do dever e da honra”, tal como fulminou o Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó, não era um comportamento eventual entre os praças e oficiais da primeira linha. Em um relatório apresentado à Câmara Legislativa em 1832, o Ministro advertiu que a participação dos militares nas sedições “tem sido em geral o gênero de comoções que tem perturbado as províncias”. As sedições e revoltas de militares e as desordens causadas por praças e oficiais, mais especificamente os motins urbanos, liderados ou que contaram com a participação ativa de militares, tornaram-se ponta de lança das análises que serviram de sustentação para a tese da erradicação. Como afirmou Edmundo Campos Coelho, “a abdicação do Imperador, na crista de uma rebelião militar, forneceu à classe política a oportunidade de virtualmente licenciar o Exército, sob o pretexto da indisciplina militar” e permitiu à elite política civil imperial confrontar os militares em todos os campos, principalmente no político e no institucional, promovendo deliberadamente a diminuição dos recursos financeiros e a redução dos efetivos. Nessa esteira, a historiografia nacional abrigou amigavelmente a versão erradicadora, posicionando-a como um paradigma de análise suficiente para orientar os estudos e as interpretações com foco nas relações entre civis e militares. O objetivo desse trabalho é compreender como as revoltas e sedições lideradas por militares na primeira metade do século XIX contribuíram para criar a imagem, na historiografia brasileira, de um Exército deliberadamente sedicioso, bem como, identificar os pontos inconsistentes dessa perspectiva a partir de trabalhos mais recentes sobre o tema em

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, campus de Assis-SP, sob a orientação do Professor Doutor André Figueiredo Rodrigues; Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina-UEL; e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR- Câmpus Cornélio Procopio-PR.



questão. Nessa dinâmica, pretendemos comprovar, com base em vários trabalhos de revisão historiográficos, fontes e documentos que a Tese da Erradicação dos militares, portanto, não manteve seu vigor, perdendo vitalidade ao longo das últimas décadas.

Palavras-chaves: Erradicação; Militares; Sedições; Revoltas; Império.

Introdução

Os militares sempre estiveram no centro dos eventos históricos mais importantes do Brasil. A História das organizações militares por sua vez, apesar de sua relevância, quase sempre despertou pouca atenção entre os historiadores. Virtualmente, os pesquisadores quase sempre se dedicam a outras instituições e atores, dispensando poucos cuidados aos militares em suas pesquisas. Tal situação dificulta o compreensão do que são as forças militares, suas nuances e dinâmicas, bem como, os anseios e demandas das organizações e seus integrantes. Embora as intervenções militares na política nacional, por exemplo, tenham despertado certo interesse por estas organizações, fazendo surgir pesquisas e obras de grande importância nas últimas quatro décadas, as pesquisas sobre os militares e suas organizações ainda se ressentem da falta de pesquisadores.

Do mesmo modo, as pesquisas sobre as revoltas e sublevações no Brasil, sobretudo as que ocorreram no período da independência no século XIX, ainda são insuficientes para cobrir a grande quantidade de eventos dessa ordem em um território de proporções continentais como é o brasileiro. Embora os esforços dos pesquisadores e grupos de trabalhos tenham contribuído para ampliar significativamente o campo de pesquisas, as revoltas, suas motivações e desdobramentos, muitas lacunas persistem e permanecem carentes de versões que as esclareçam, principalmente aquelas que contaram com a participação de militares. Um dos maiores problemas decorrentes da ausência de trabalhos sobre os temas em questão, consiste nas dificuldades de compreender, entre outros fatores, as relações entre os civis e os militares ou ainda, os padrões de percepções e comportamentos cristalizados dentro dessas organizações.

O objetivo desse trabalho é compreender como as revoltas e sedições lideradas por militares na primeira metade do século XIX contribuíram para criar a imagem, na historiografia brasileira, de um Exército deliberadamente sedicioso, o que contribuiu para fundamentar a tese da política de erradicação dos militares.



A tese da política de erradicação e a historiografia nacional

Edmundo Campos Coelho (1939-2001) propôs a tese da política de erradicação dos militares pela elite política civil em seu livro, “Em busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade brasileira” (1976). A partir daí, parte importante dos historiadores brasileiros seguiram e confirmaram, cada um à sua maneira, a versão erradicadora elaborada por Campos Coelho.

Para Raymundo Faoro (2001), a criação da Guarda Nacional em 1831 licenciou o Exército em favor de uma milícia formada por cidadãos soldados. Em sua versão, os militares do Exército representavam, desde a Independência, grande ameaça aos anseios liberais. A adesão de soldados e oficiais do Exército às revoltas urbanas na Corte e nas províncias precipitou o licenciamento e a criação da Guarda Nacional colocou em prática a erradicação. José Murilo de Carvalho (2003) argumenta que exércitos permanentes e fortes concorrem com os civis pelo governo de uma nação. Os exércitos estão ligados à manutenção de regimes absolutistas e normalmente contribuem para o surgimento de “*pequenos Bonapartes*”, sustenta. Por esses motivos, os políticos liberais sempre combateram a existência de uma força armada profissional, sobretudo quando se deparou com os processos de independência das ex-colônias espanholas na América. Na maior parte das antigas possessões hispânicas, os generais se tornaram governantes ou passaram a figurar como homens fortes na política de seus países. Outro fator importante anotado por Carvalho é que os políticos civis de viés liberal afirmavam que a manutenção de Exércitos numerosos, pois, estes precisam de um grande número de soldados, o que efetivamente retira da força produtiva de um país contingentes significativos de mão de obra.

Sergio Buarque de Holanda salienta que as relações entre civis e militares estiveram marcadas, desde o período imperial, por disputas políticas importantes. Nesse contexto, a erradicação dos militares pelos políticos civis alcançou seu ápice com a criação da Guarda Nacional durante o período da Regência. Para que a efetivação do projeto de consolidação do Estado inaugurado em 7 de abril de 1831, notadamente conservador, “quase reacionário”, se completasse, as tropas de primeira linha que se encontravam



insurretas, deveriam ser imediatamente submetidas, combatidas, “... colocadas em seu lugar para que não mais, em vãos devaneios, emprestassem suas espadas ao menor vento revolucionário...” ou ainda, “...de carabinas ao ombro, fossem aliciadas por qualquer tribuno radical disposto a prolongar a “revolução” (2004: 12).

A criação da Guarda Nacional em 1831 figura de fato como o evento mais importante para o estudo das relações entre civis e militares no Brasil. De acordo com Jeanne Berrance de Castro, autora de um dos mais importantes estudos sobre a instituição, “A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850” (1979), em um momento da história do país em que os perigos de uma guerra externa e prolongada pareciam remotos, os liberais da Regência, adotando o conceito francês de “nação em armas”, optaram pelo alistamento de cidadãos soldados em oposição ao soldado profissional e ao Exército. O processo de erradicação dos militares da política e de desmobilização do Exército, bem como, de institucionalização da milícia cívica ao aparelho do Estado possibilitou, segundo Castro, possibilitou maior controle por parte da elite política civil sobre as Forças Armadas. “O controle das forças militares foi dividido com as elites políticas regionais a partir da descentralização do controle da Guarda Nacional” (1979: 121). Esses fatores explicam, pelo menos em tese, a orientação política do governo regente, sustentado e apoiado pelas elites regionais e sempre disposto a manter à margem os militares do Exército.

Fernando Uricoechea (1978) sublinha que a Milícia Cidadã, como também foi chamada a Guarda Nacional, cumpriu um papel importante no processo de burocratização e racionalização do aparelho do Estado monárquico inaugurado com a Independência, o que efetivamente se deu do centro para as periferias, ou melhor, da autoridade central para as províncias. Esses processos consolidaram a política de afastamento dos militares e contribuíram para fortalecer o poder das elites regionais que passaram a deter os postos de comando da Guarda Nacional.

O historiador John Schulz (1994), por outro lado, destaca que a partir de 1850 o descontentamento dos militares em relação a erradicação política, colocada em prática pelas elites civis nas primeiras décadas após a abdicação de D. Pedro I, se acentuaram severamente. Para a maior parte dos jovens oficiais, principalmente para os redatores de periódicos panfletários e partidários como *O Militar*, a Regência acentuou o desmantelamento do Exército a partir de medidas que proibiram os recrutamentos, paralisaram as promoções, reformaram compulsoriamente oficiais, extinguíram corpos e



unidades inteiras, além de transferir batalhões inteiros para fronteiras longínquas do território nacional. Para os jovens oficiais, “... a Regência trina, que incluía o General Francisco de Lima e Silva, era anti-militar e virtualmente desmantelou o Exército”.

A partir da tese de Edmundo Campos Coelho, a imagem que a historiografia nacional construiu do Exército brasileiro foi a de uma força numerosa, desorganizada, mal remunerada, violenta e sediciosa. São esses os termos que mais aparecem, por exemplo, nas falas dos ministros e dos parlamentares em seus discursos, pronunciamentos e relatórios. Foi justamente a partir desse arcabouço que Campos Coelho construiu a tese da política de erradicação. Outros pontos de sustentação da tese de Coelho, concentram-se na redução dos recursos destinados às Forças Armadas nos primeiros anos do período pós-independência, na diminuição dos efetivos militares, na extinção de corpos de soldados e batalhões do Exército e na suspensão das promoções. A já citada criação da Guarda Nacional em 1831 também serviu de ponto de apoio para a versão erradicadora. Para Campos Coelho, coube ao Exército “conformar-se ou perecer” (1976: 34). Contudo, o que nos interessa aqui é basicamente a imagem de um Exército sedicioso construída a partir da tese da erradicação.

A tese da política de erradicação dos militares e as revoltas urbanas

Edmundo Campos Coelho ressalta que a Abdicação de Dom Pedro I em 7 de abril de 1831, precipitada pelas rebeliões militares que tomaram conta da capital do Império, criaram a oportunidade para a erradicação dos militares. “A abdicação do Imperador, na crista de uma rebelião militar, forneceu a classe política a oportunidade de licenciar o Exército, sob o pretexto da indisciplina militar” (1976: 39). Coube a Regência conter os militares rebelados e extinguir o “terror”, como se referiu Feijó às rebeliões na Corte: “A cidade está submergida no terror” (Apud CALDEIRA, 1999: 76). No dia 4 de maio de 1831, decorridos 28 dias após a Abdicação, o governo publicou o Decreto de 4 de maio de 1831 com o objetivo de reorganizar, de acordo com o governo, as tropas de primeira linha do Império. O decreto reduziu o número de oficiais e soldados de 30 para 14 mil integrantes. O decreto regulamentava a Lei de 24 de maio de 1830, que fixava as forças de mar e terra para o ano financeiro de 1831-1832.

É importante considerar porém, que além da redução dos efetivos do Exército entre os anos de 1830 e 1835, as despesas do Ministério da Guerra também foram



reduzidas a sua menor expressão, saindo de 37% dos gastos totais do governo em 1831-1832 para 19% em 1835-1836, de acordo com as fontes da Diretoria do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio citadas por Campos Coelho. Os números de soldados e oficiais e os gastos do governo com a pasta da guerra voltaram a crescer somente a partir da insurreição dos farroupilhas na província do Rio Grande, decrescendo novamente com a cessação dos conflitos.

O Decreto de 4 de maio de 1831 foi causador de grande revolta entre os militares. O 26º Batalhão de Infantaria do Exército, estacionado na capital do Império, amotinou-se em 12 de julho, nas proximidades do mosteiro de São Bento. Feijó, então Ministro da Justiça, convocou cerca de 600 homens da recém criada Guarda Municipal de Polícia para cercar o quartel e debelar o motim. Diante das circunstâncias, os soldados rebelados suspenderam a revolta ao concordarem com a proposta do governo de transferência para outras localidades do país, desde que não houvessem represálias ou perseguições. A partir dessa negociação, muitos soldados foram embarcados e transferidos para a Bahia. Os que ficaram, porém, juntaram-se a alguns dos policiais da Guarda Municipal e, em 14 de julho, “marcharam para o Campo de Santana em franca rebelião, acompanhadas por uma multidão crescente de civis, exigindo o retorno dos soldados do 26º Batalhão e o fim dos castigos físicos” (HOLLOWAY, 1997: 79).

Como sustenta Holloway, a dinâmica das ações do governo estavam voltadas para o controle social de populações tradicionalmente marginalizadas como os escravos e os homens pobres livres. Para tanto, a preocupação com a lealdade das forças militares e policiais era fundamental. O governo promoveu, reiteradamente, mudanças na organização dessas forças justamente para assegurar o mínimo de lealdade e garantir que a hierarquia e a ordem social não fossem transgredidas. O momento porém era extremamente conturbado e as forças militares e policiais leais ao governo que atuavam para reprimir os levantes e combater crimes contra a vida e o patrimônio, tinham que distinguir entre os rebelados quem eram os ofensores da ordem pública e quem eram os agitadores políticos. Na maior parte dos casos, militares e policiais estavam entre aqueles que o governo classificava como agitadores políticos. Conforme salienta Holloway, “era importante disciplinar os que incidiam em conduta desordeira ou desacato à autoridade, pois esse comportamento era o primeiro passo para a ruptura da ordem social” (1997: 86).



As revoltas de julho na capital do Império trouxeram novamente para o centro do debate político o tema da utilidade das forças militares, sobretudo do Exército. Em seu livro, Coelho destaca que os militares sempre foram alvo da intolerância civil e que as revoltas urbanas que contaram com a participação de soldados e oficiais aumentaram essa indisposição. Assim como havia acontecido nos debates do projeto constitucional de 1823, os políticos civis acusavam os militares de promover desordens. Em 1828, o Deputado Lino Coutinho declarou em sessão ordinária da Câmara que o Exército a Força Armada “são as bocas que devoram ilegalmente, todos os anos, os recursos da Nação” (Apud COELHO, 1976: 38). Declarações como essas contribuíram para formar a imagem de um Exército sedicioso, sempre disposto a enfileirar-se com os agitadores políticos e os desordeiros.

Apesar das investidas de membros da Assembleia contra o Exército, as revoltas foram contidas pelos próprios militares do Exército em vários dos episódios em questão. Grupos leais ao governo, liderados por comandantes como o general Francisco de Lima e Silva e Luiz Alves de Lima e Silva, debelaram as manifestações na capital e em outras partes do Império a frente de batalhões de oficiais soldados, denominados Voluntários da Pátria ou tropas que se mantiveram leais ao governo. As iniciativas do Executivo, desde a proclamação da independência, possuíam objetivos bastante claros, a saber, aumentar o controle do governo sobre as forças militares estacionadas na Corte e nas províncias. De outro lado, nos parece claro que as revoltas que contaram com a participação de militares tinham como objetivos melhorar as condições de vida e trabalho no quartéis e eliminar os castigos físicos. O recrutamento para as Forças Armadas no Império também era um assunto bastante polêmico e foi muito questionado pelos indivíduos e grupos que por ele eram atingidos.

Considerações Finais

O que é importante perceber nesse contexto, aparentemente bastante desorganizado, é que as forças militares de primeira linha do Império, mais especificamente o Exército, estavam no centro de uma debate bastante complexo, cujos participantes questionavam diretamente elementos como lealdade, disciplina, profissionalismo, o tamanho das tropas, as despesas com as forças, mas, também, os vínculos e as relações que as Forças Armadas estabeleciam com a sociedade e com o governo. Nesse jogo complicado, Edmundo Campos Coelho propõe, a partir da visão de que o Exército era um grupo monolítico e coeso,



a tese da política de erradicação dos militares pela elite política civil, movimento que tem início no primeiro reinado e que aparentemente se resolve com as intervenções militares em 1930 e 1964.

Para fundamentar sua posição, Coelho recorre aos pronunciamentos dos parlamentares, aos decretos e leis que reduziam o tamanho das forças e diminuía a participação das Forças Armadas nas receitas governamentais, na aversão ao recrutamento forçado, nos castigos físicos, e no descontentamento geral de praças e oficiais com a vida e o trabalho nos quartéis, mas, sobretudo, na participação de militares nas revoltas urbanas e sedições contra o governo. O estudo e a discussão desses elementos são importantes para podermos pensar com mais cuidado a tese da política de erradicação dos militares pelas elites civis, tal como a pensou e desenvolveu Campos Coelho, bem como, identificar seus pontos de inconsistência com base em novas fontes, obras e discussões sobre o tema da erradicação.

Referências:

Brasil. Decreto de 4 de maio de 1831. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-37710-4-maio-1831-564912-publicacaooriginal-88815-pe.html> Acesso em 01 de julho de 2017.

Brasil. Lei de 24 de maio de 1830. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/sn/1824-1899/lei-37992-24-novembro-1830-565665-publicacaooriginal-89410-pl.html> Acesso em 01 de julho de 2017.

CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Jeanne Berrance de. A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

COELHO, Edmundo Campo. Em busca da identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001.

FEIJÓ, Diogo Antonio. Relatório do Ministro da Justiça (1832). Extraído de Egas, São Paulo: Typographia Levi, 1912, 2 vols. In: Diogo Antonio Feijó/ organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HOLANDA, Sergio Buarque (dir.). O Brasil Monárquico, tomo II: o processo de emancipação/ por Célia da Barros Barreto... [et al] – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SCHULZ, John. O Exército na Política: origem da intervenção militar. 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo, Difel, 1978.